



Anais da Assembléia

N.º 127

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 119.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 1983.

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores deputados Dirceu Manfrinato e Paulo Furiatti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caito Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogute e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos,

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Está em discussão a Ata que acaba de ser lida.

O SR. NILSO SGUAREZI - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor presidente, eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Mesa defere e solicita ao senhor 1.º secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

22 senhores deputados responderam a chamada.

A presidência procederá a verificação de votação, atendendo a solicitação do senhor deputado Nilso Sguarezi.

(É procedida a verificação de votação)

22 senhores deputados aprovam; nenhum senhor deputado rejeita. Está aprovada a Ata.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dada preferência de votação ao Projeto de Lei n.º 187/83.

Sala das Sessões, em 14/11/83.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário e nos termos do Art. 7.º da resolução n.º 17/76 de 11/10/67, a votação das Emendas apresentadas à Proposta Orçamentária e já apreciadas na Comissão de Orçamento. - Projeto de Lei n.º 158/83.

Sala das Sessões,

em 14 de novembro de 1983

(a) Luiz Alberto de Oliveira, Quielse Crisóstomo, Gilberto Carvalho, Odeni Mongruel, Jorge Maia Filho, Fuad Nacli, Péricles Pacheco, Tércio Albuquerque, Erondy Silvério, Edgar Pimentel, Donato Gulin, Gabriel Manoel, Tuguio Setogute, Werner Wanderer, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Ivan Gubert, Aírton Cordeiro, Ezequias Losso e Francisco Escorsin.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscre-

vem, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento interno desta Casa de Leis, e tendo em consideração o disposto na Constituição Estadual em seus artigo 25, § 2º, b), REQUEREM à Mesa, ouvido o Plenário, seja desentranhada do Projeto de Lei n.º 187/83, a Emenda oferecida pela Comissão de Constituição e Justiça, bem assim fotocópias dos pareceres ao projeto oferecidos, encaminhando-se esses documentos à Comissão Executiva para exames e posterior oferecimento da matéria, se for o caso, como projeto de lei.

Sala das Sessões, em 14/11/83.
(aa) Trajano Bastos, Gernote Kirinus e Francisco Escrosin.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve usando suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos, um voto de congratulações ao prefeito Márcio Almeida de Souza, pelo aniversário de emancipação política do município de Florestópolis, extensivo aos Poderes Legislativo e Judiciário e à comunidade em geral.

Sala das Sessões, em 14/11/83.
(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de correspondência ao senhor governador do Estado do Paraná, solicitando a remessa à Assembleia Legislativa de projeto de lei estabelecendo remuneração condigna aos subdelegados de Polícia.

Sala das Sessões, em 14/11/83.
(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

"A manutenção da ordem pública e a segurança interna do Estado, assim como a prevenção, repressão e apuração das infrações penais não correspondidas na competência da Polícia Federal, serão garantidas através dos órgãos policiais, civis e militares, na forma legal ou regulamentar" (art. 54, da Constituição Estadual).

Por outro lado, a Carta Magna Brasileira assegura aos trabalhadores, nos termos da lei, direitos que visam à melhoria de sua condição social, como salário-mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as suas necessidades normais e as de sua família (art. 165, da C.F.).

Ora, estão trabalhando, designados pelo Estado, sem ganhar absolutamente nada

do governo, centenas de subdelegados nos Distritos Judiciários do Paraná.

Cabe ao Estado das garantias e assegurar à população a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade.

Vive o povo paranaense num período crítico, com o agravamento dos problemas de segurança, presenciando-se o aumento de assaltos, arrobamentos de residências, furtos, roubos de toda espécie e assassinatos cada vez mais frequentes.

O ser humano é o principal elemento na formação do Estado, sem o qual o Estado não existiria. Urge, portanto, dar aos cidadãos, garantias que lhe são asseguradas pela Constituição, a fim de que possa cada um viver e trabalhar num clima de paz, ordem e segurança.

Os subdelegados de Polícia são pessoas abnegadas que sem remuneração vem emprestando sua inestimável colaboração nos lugares mais longínquos dos municípios paranaenses. Os subdelegados de Polícia estão enfrentando com o risco da própria vida os perigos que a árdua missão lhe reserva. Porém, em retribuição, do Estado nada percebem.

Visa o requerimento, pois, sanar essa injustiça na área da Segurança Pública, que se espera seja concretizado mediante o estabelecimento da remuneração aos vários centenas de sacrificados e dedicados cidadãos investidos como subdelegados de Polícia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a excelentíssima senhora superintendente da FUNDEPAR-Fundação Educacional do Paraná, através da excelentíssima senhora secretaria de Estado da Educação, objetivando a realização de reformas gerais na escola Germara Afonso Moleiro.

De iniciativa do excelentíssimo senhor prefeito municipal, Vicente Mashahiro Okamoto, o qual afirma a urgência de se realizar tais obras, principalmente na cobertura, tendo em vista que as chuvas além de proporcionar prejuízos à rede elétrica, provocando curto-circuito, coloca em risco a vida dos seus integrantes.

Nesse sentido, dada a importância da-quele estabelecimento, faz-se necessária que essa Secretaria de Estado da Educação autorize o mais urgente possível, recursos de ordem financeira, a fim de possibilitar a concretização do que ora e exposto.

Sala das Sessões, em 14/11/83.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à excelentíssima senhora superintendente da FUNDEPAR-Fundação Educacional do Paraná, através da excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, objetivando a liberação de recursos a serem aplicados na construção de salas de aula para o ginásio Ribeiro de Campos, localizado na municipalidade de Goio-erê.

A disposição de salas de aula atualmente naquele Educandário são insuficientes para atender o crescente aumento de postulantes a cada ano, deixando por muitas vezes, diversas pessoas sem a possibilidade de realizar estudos em face da ausência de espaço físico.

Neste sentido, acredita-se que as razões ora expostas merecem, por parte dessa Secretaria de Estado da Educação, a mais urgente providência, atendendo a iniciativa do excelentíssimo senhor prefeito municipal, Vicete Mashahiro Okamoto.

Sala das Sessões, em 14/11/83.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à excelentíssima senhora superintendente da FUNDEPAR-Fundação Educacional do Paraná, através da excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, para que seja urgenciado a liberação de recursos de ordem financeira para os estudantes da escola José Lupion - Ensino de 2.º Grau, localizado no município de Quinta do Sol.

É sabido que o ensino brasileiro está cada vez mais voltado aos interesses das elites dominantes, tornando a escola uma dificuldade, a começar pelo próprio ingresso dos pretendentes de menor poder aquisitivo. Tal situação é o reflexo das crises existentes no campo econômico, social e também, político.

O governo do Estado, determinou no que tange ao setor educacional, os seguintes e principais objetivos:

- Reorganização do ensino de 1.º grau, envolvendo desde a ampliação do número de escolas que oferecem terminalidade até o

aumento da capacidade de atendimento das escolas públicas e gratuitas, ampla reforma curricular e revisão do material didático.

- Reorganização do ensino de 2.º grau, ampliando o seu alcance e dotando os cursos profissionalizantes de maior flexibilidade.

Neste sentido, mesmo com a ampliação do número de escolas e o aprefeijamento de suas metas, dada a condição dos habitantes de Quinta Sol, faz-se necessário um auxílio financeiro por intermédio de bolsas de estudos, a fim de que as mesmas possam garantir uma maior abrangência de benefícios, contribuindo inegavelmente para a diminuição do índice de adolescentes existentes sem escolas, assim como a redução do percentual de analfabetos existentes no Estado do Paraná, no futuro.

Sala das Sessões, em 14/11/83.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à excelentíssima senhora superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, objetivando a liberação de recursos de ordem financeira para a Escola Estadual São Luiz Gonzaga, na municipalidade de Mamborê.

De iniciativa do excelentíssimo senhor Ivo Bruneta, prefeito municipal, este, conforme correspondência, relata a situação do prédio onde funciona a Escola Estadual São Luiz Gonzaga, situada no bairro Guarani, parte de tais instalações são bastante antigas, que associado ao desleixo da Administração anterior, possibilitou tal problemática, constatada inclusive por funcionárias da FUNDEPAR.

É sabido que o objetivo maior daquela administração tem sido a educação voltada fundamentalmente para as camadas de menor poder aquisitivo, além da constante elevação de sua qualidade.

Pelas razões ora discorridas, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Educação, medidas capazes de acabar os problemas naquele educandário.

Sala das Sessões, em 14/11/83.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa de Leis, o artigo "Um PTB desfigurado", de autoria de Iberê de Mattos, publicado no jornal "Gazeta do Povo", em sua edição de domingo, 13 de novembro último.

Sala das Sessões, em 14/11/83.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 216/83

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - O inciso III, do artigo 140, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - se houver exercido, por um período não inferior a cinco anos, ininterruptos ou não, um ou mais cargos em comissão ou funções gratificadas, com proventos correspondentes aos do cargo em comissão e função de maior remuneração, desde que esse cargo ou função tenha sido exercido por um mínimo de doze meses."

Art. 2.º - O § 3.º, do artigo 140 da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3.º - Respeitados os períodos de tempo estabelecidos no inciso III deste artigo, o funcionário, que houver exercido cargo de diretoria em órgãos da administração indireta do Estado do Paraná e pessoas jurídicas a eles vinculadas, poderá aposentar-se com proventos equivalentes aos vencimentos do maior símbolo estabelecido para os cargos em comissão."

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14/11/83.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A nova redação proposta para os dispositivos de lei indicados no anteprojeto tem objetivo de afastar algumas dúvidas que esporadicamente, ocorrem na sua interpretação, a dano dos funcionários por parte de autoridades encarregadas de aplicá-los ao cargo concreto.

É da tradição do serviço público, no Estado do Paraná e em todos os demais, facultar a funcionários que se destacam ao longo das vidas funcionais, a ponto de serem convocados para o exercício de comissões ou funções de maior responsabilidades, durante vários anos, o direito de levar para a inatividade proventos equivalentes a maior remuneração por eles percebida, quando no exercício de tais cargos. É um cuidado louvável do legislador que além de premiar servidores que se diferenciam no exercício de suas funções, veda a possibilidade de obrigar tais servidores, justamente os mais caracterizados, a retornar a um padrão de vida inferior ao que tinham na atividade. Essa seria uma situação de iniquidade. Por isso mesmo, a lei previu o benefício, embora em uma ou outra ocasião tenha sido objeto de interpretação equivocada. O presente projeto, por tanto, visa pacificar o entendimento do estatuto nas normas cuja alteração é proposta. Na realidade não são criados, suprimidos ou modificados quaisquer direitos. Apenas ficam, em definitivo, esclarecidas as dúvidas de interpretação que possam renascer. Trata-se da lei merante interpretativa.

PROJETO DE LEI N.º 217/83

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica proibido em todo o território do Estado do Paraná a utilização de agrotóxicos clorados.

Parágrafo único - Constituem exceção à proibição constante neste artigo:

a) uso de formicida dodecacloro;
b) a utilização na lavoura, quando constatada a presença de pragas resistentes aos demais agrotóxicos e em níveis de incidência que justifique sua aplicação, devidamente autorizada sob a orientação da Secretaria da Agricultura, por tempo determinado em área previamente definida;

c) a aplicação pelos órgãos públicos competentes, em campanhas de saúde pública e combates a vetores transmissores de moléstias, de produtos cuja fórmula contenha DDT ou BHC;

d) a utilização pela pecuária, de carapaticidas clorados.

Art. 2.º - O descumprimento às disposições da presente lei sujeito o infrator as penalidades previstas na Lei Federal n.º 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Art. 3.º - A fiscalização do cumprimento das disposições contidas na presente lei será efetuada pela Secretaria da Agricultura.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/11/83.

(a) PAULO FURIATTI.

JUSTIFICATIVA:

Uma das primeiras acusações contra os cloradores foi feita por Rachel Carson, em 1962, no livro "primavera silenciosa", mostrando os imensos danos ao ambiente, principalmente ao homem e aos animais. Uma das causas desses danos é a sua persistência, já que não são biodegradáveis, isto é, não se decompõem em produtos atóxicos por dezenas de anos.

Para cada uma das substâncias existentes na natureza, há uma enzima capaz de decompô-la. Todavia, foram sintetizadas substâncias, muitas vezes potentíssimas, que continuam agindo na natureza e nos organismos, e não há como desativá-las. Se aplicarmos hoje 100Kg de um determinado inseticida clorado, cuja vida média é de 100 anos, após este tempo estarão circulando 50Kg; em 20 anos, 25Kg; em 30 anos ainda haverá 12,5Grs. do veneno agindo, e podendo atingir seres distantes como pinguins na Antártica, nos quais já foram detectados resíduos de clorados.

Estes produtos já estão presentes no organismo humano, em seus tecidos adiposos, onde sua meia vida está em torno de 15 anos. A partir da ingestão de doses diárias mínimas, ocorre acumulação e da persistência, não há sentido em se falar de doses aceitáveis ou uso controlado dos clorados. Já em 1972, pesquisas realizadas na França, mostraram que o leite materno tinha mais resíduos de clorados que o leite de vaca; agora o Instituto Adolfo Lutz descobriu altos níveis desses produtos no leite materno, em São Paulo. Nem mesmo a placenta, membrana superprotetora, consegue deter a penetração do veneno.

Os clorados mesmo absorvidos em pequenas doses como resíduos nos alimentos, aumentam a atividade das enzimas estabilizantes de substâncias no fígado; entre estas estão medicamentos rotineiramente usados, como analgésicos, sedativos e anticoagulantes. O organismo elimina aceleradamente esses medicamentos que não irão agir no paciente como o esperado. Outras substâncias também são normalmente eliminadas.

Clorados orgânicos produziam, conforme atestam experiências realizadas nos EUA, tumores malignos de fígado de roedores, embora não os tenham produzidos em macacos. Mas compostos arsenicais não são cancerígenos para animais, e são para o homem.

A persistência dos clorados é uma das causas da eliminação de grande número de inimigos naturais das pragas, aumentando o número destas e os danos causados à agricultura. O número de pragas agrícolas tem aumentado ano a ano, e há correlação estatística entre este aumentando o incremento da utilização de agrotóxicos no Brasil.

Os clorados, todavia, tem substitutos adequados, menos poluentes, sendo hoje possível sua substituição. No Rio Grande

do Sul, já são proibidos desde 22 de junho de 1982, pelo decreto n.º 30.787, do governador do Estado.

Em julho de 1982, o Departamento Municipal de Águas e Esgotos DMAE, de Porto Alegre, admitiu publicamente que a água do rio Guaíba, que abastece a população da grande Porto Alegre, apresentava índices perigosos de venenos, especificamente de organoclorados, persistentes e acumulativos no meio ambiente. A veemente realização de expressivos representantes da sociedade riograndense, levou a uma região do grupo Estadual de Defensivos Agrícolas -GEDA- órgão de assessoramento do Ministério da Agricultura, que recomendou a proibição de clorados no Rio Grande do Sul, que além de tóxicos são desnecessários. Posteriormente, após cuidadosos estudos e numerosos debates públicos que envolveram técnicos e profissionais de departamentos públicos e outros, secretários do Estado e o secretário especial do Meio Ambiente, a pressão da sociedade civil organizada levou o Governo do Estado a assinar o decreto, proibindo o uso de clorados naquele Estado a assinar o decreto, proibindo o uso de clorados naquele Estado, e os secretários da Saúde de Meio Ambiente e da Agricultura a baixarem as normas para fiscalização da comercialização dos mesmos.

A eliminação dos clorados diminuirá a poluição do solo, dos alimentos e dos organismos. O parágrafo único, do artigo 1.º, deste projeto de lei admite exceções, pelo tempo necessário ao desenvolvimento de novos produtos menos poluentes e menos danosos.

O SR. PRESIDENTE- (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Gabriel Sampaio, inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO - Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"É do conhecimento de todos o movimento ora em desenvolvimento por parte da classe de anestesilogistas deste Estado.

Os referidos profissionais vêm expondo através de vários expedientes encaminhados aos setores competentes, e a matéria tem sido amplamente divulgada pela imprensa local, a situação em que se encontra a classe, face às dificuldades enfrentadas as precárias condições de trabalho e segurança, resultantes da sobrecarga horária e remuneração não compatível como justa retribuição ao desempenho de suas funções.

A matéria é relevante, tendo em vista a área que atinge, ou seja, a saúde pública.

Todos sabemos das dificuldades que se encontra o Poder Público para fazer frete à contenção de gastos que se faz imperiosa em virtude da crise que atravessamos. Contudo há que se ter um equilíbrio e ajuizamento muito bem definidos na hora de se

qualificar e quantificar as prioridades.

Não há de se tentar solucionar problemas econômico-financeiros em detrimento do bom funcionamento de serviços públicos prioritários, como saúde e educação, só para exemplificar.

Diante do que ora pleiteiam os anestesiólogos deste Estado, para a apresentação de um melhor padrão profissional, ou seja:

- remuneração compatível que, pelo menos, acompanhe o sempre crescente aumento do custo de vida;

- carga horária distribuída de forma a propiciar melhor desempenho de sua especialidade;

- exigência de apresentação de habilitação na especialidade, quando da credenciação ou cadastramento dos profissionais na área,

E acreditando serem suas reivindicações plenamente justas e voltadas tão somente para o interesse maior do bem comum, desejo, na oportunidade, manifestar meu total apoio à luta empreendida por essa classe profissional e pedir aos demais colegas desta Casa que igualmente se façam ouvir, aliando-se às exigências tão justamente pleiteadas. Assim mais uma vez, estaremos fazendo valer o princípio que deve nortear este Poder, qual seja, o de transformá-lo em uma tribuna sempre aberta às questões que se refiram aos legítimos direitos de todo e qualquer segmento de nossa sociedade, dos quais somos, inalienavelmente, representantes."

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"O recente pronunciamento do senhor Carlos Alberto Pereira de Oliveira, presidente das Associações Comerciais do Paraná, durante o 11.º Seminário para Atualização de Dirigentes de Associações Comerciais, em Porto Alegre, alcançou grande repercussão de muitos setores da sociedade paranaense e nacional, restrito pela diversidade dos temas abordados, mas, muito mais pela importância e pela creditabilidade que possui, como fonte autorizada junto às classes produtoras e empresariais do Estado.

No momento histórico em que vivemos, e que enseja possibilidades de mudanças profundas nos planos econômico, social e político do País, é desejável que o processo de reorganização da vida nacional não deixe de contar com a participação daqueles que defendem a livre iniciativa, a economia do mercado, a propriedade privada, e, acima de tudo, os que defendem um novo pacto social, resultante das relações harmônicas entre o capital e o trabalho.

Essa participação contribuirá para a

diminuição de instabilidade social, favorecendo o equacionamento e a superação de dificuldades e problemas que afligem o homem brasileiro, e para os quais ainda não encontrou solução.

Isto, tornará possível a construção de um ordenamento político, jurídico e institucional suficientemente estável, que capacitará à sociedade vencer suas dificuldades, através de reaquecimento da economia, da geração de novas oportunidades de emprego e da melhor distribuição de riqueza gerada.

Assim a convocação proposta pelo senhor Alberto Pereira de Oliveira, ilustre homem de negócios do Paraná, para que o empresariado ocupe, no espaço político, e parte que lhe cabe como elite dirigente, mostra-se como posicionamento necessário face aos rumos que se insinuam, e que, fatalmente se estabelecerão, diante de omissões e de todas as imprevidências e seus resultados, que possam caracterizar governantes e governados no Brasil.

Quando ao lamentar que o governo não se vem preocupando com a educação do país, demonstra a consciência e a oposição da classe empresarial, não admitindo que o Ministério da Educação e Cultura, fique com apenas 4% dos recursos orçamentários da União, na distribuição das verbas que deverão promover o desenvolvimento nacional.

Faz essa denúncia, na certeza de que, sem melhor ensino, sem mais cultura e sem domínio suficiente da técnica e da ciência em favor do desenvolvimento social global do Brasil, esse ideal nacional acabará irremediavelmente prejudicado.

"Aprender não deve apenas levar-nos até algum lugar, mas também permitir-nos, posteriormente, ir além de maneira mais fácil", essa afirmativa não pode ser negligenciada em nosso modelo educacional, que está a exigir do governo um grau de atenção e prioridade, mormente no que se refere à alocação de recursos orçamentários e financeiros.

A verdade é que nós não nos desenvolveremos, pela escassez de capital nacional, apenas com recursos financeiros obtidos através de empréstimos internacionais, mas, é indispensável à contra-partida representada pelo trabalho de cada um, porém, apoiada em uma educação que deverá servir-nos no presente e valer-nos no futuro.

- os empresários paranaenses e brasileiros têm e demonstram essa convicção! Convém lembrar que governo que se funda no sufrágio popular não pode ser eficiente se aqueles que o elegeram não foram convenientemente educados, e que, para se evitar tal ocorrência, é preciso diminuir a incidência do voto predominantemente emocional, pois quando prevalecente, leva sempre o eleitor e a sociedade a se arrependem da opção que fizeram.

A solução? É justamente o que se desprende do apelo do presidente da Federação das Associações Comerciais do Paraná, isto é, mais e melhor educação para o povo!

O grito de alerta do senhor Carlos Alberto Pereira de Oliveira, é uma voz responsável e oportuna que se levanta, e que deve encontrar ressonância nas áreas envolvidas, sem o que, os anunciados referidos, não serão alcançados, e, o preço disso, jamais será resgatado."

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Uso da tribuna desta Casa para destacar os trabalhos desenvolvidos pelo governo José Richa, mais especificamente, na área da Saúde e do Bem Estar Social sob a orientação do dinâmico secretário Luiz Cordoni Júnior, coerente com as diretrizes do governo na área de saúde e bem estar social, no afã de elevar sua qualidade que, absorvida pelo governo, avaliará bem como certeza de que seus governantes substituem o apoio eleitoral por realizações comunitárias. A partir de 15 de março deste ano, Luiz Cordoni Júnior procura adequar a estrutura existente às novas diretrizes, como participação comunitária, principalmente nos níveis de decisão e controle, ampliação do acesso aos serviços e elevação da qualidade dos mesmos. A estratégia adotada para se atingir as metas propostas, contempla a regionalização e hierarquização dos serviços, sua integração e coordenação, utilização e desenvolvimento de tecnologia apropriada, democratização administrativa e participação popular. Com isto, a Fundação de Saúde Bento Munhoz da Rocha, neste primeiro período colocou a Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social do Paraná entre as quatro primeiras do País, nos serviços de vacinação de rotura contra doenças transmissíveis, na vacinação contra o sarampo, o Paraná situa-se atualmente, em primeiro lugar e o alto nível de cobertura vacinal contra a paralisia infantil, alcançada na última campanha nacional. Os índices apontam 95% das crianças menores de cinco anos na 1.ª etapa, quando 193 municípios encontram-se em estado de calamidade pública ou de emergência, devido as enchentes; e 100% na 2.ª etapa.

A par dessas atividades, registra-se o trabalho de atendimento aos flagelados, vítimas das enchentes causadas por fortes chuvas ocorridas nos meses de maio e julho deste ano, e que atingiram 62% dos municípios, não se registrando, em ambos os episódios, nenhum caso de epidemia.

O programa de controle da tuberculose,

que era realizado em 136 municípios, passou agora para 188, aumentado em 52 o número de municípios com possibilidades de realizar tratamento ambulatorial coleta de amostras para diagnósticos da tuberculose.

Quanto ao desenvolvimento dos recursos humanos, a Secretaria realizou 47 cursos, preparando ou reciclando cerca de 3.000 pessoas.

Na área de saneamento, foram registradas 25.523 melhorias em unidades de abastecimento de água e 16.904 melhorias quanto a destinação de dejetos.

Para o uso adequado de agrotóxicos, na região metropolitana de Curitiba, elaborou-se um Plano Piloto em conjunto com a ACARPA, Secretaria de Agricultura e o Centro de Informação Toxicológicas.

Na área de imunologia, destacam-se estudos para a produção de soro anti-rábico homólogo que apresenta como vantagem uma maior potência e diminuição dos riscos por acidentes na aplicação. É um trabalho pioneiro, pois tal soro não é produzido até o momento no Brasil.

Para o devido processamento da produção de medicamentos básicos, foram recuperadas as máquinas que se encontravam deficientes e agilizou-se a reforma do atual Laboratório Químico-Farmacêutico, o que permitirá de imediato aumento de 50% na produção de medicamentos.

No campo da assistência psiquiátrica, foi realizada a adequação do Pronto Socorro Psiquiátrico para unidade intermediária de tratamento e implantada a primeira unidade de eletro-encefalografia. Dentro de uma filosofia de progressiva desospitalização e participação da família e da comunidade na recuperação do doente mental, criou-se a unidade de recuperação de alcoólatras, a pensão protegida e a terapia ocupacional, no Hospital Colônia Adauto Botelho, em Piraquara.

Foram concluídos e entraram em operação 16 centros sociais rurais que são unidades que prestam serviços de saúde e promoção social a população das áreas rurais.

Na área do Bem-Estar Social, destacam-se a realização de convênios com 278 entidades assistenciais, através do Instituto de Assistência ao Menor, beneficiando 24.514 crianças. A Fundação de Promoção Social-PROMOPAR-, através de seus técnicos da área social, visitou e cadastrou 956 entidades sociais distribuídas em 260 municípios. Isto torna possível um diagnóstico bastante preciso da assistência e promoção social no Estado, possibilitando uma mais efetiva e racional atuação dos órgãos da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social.

A Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha desencadeou extensa programação de ações relativas aos serviços básicos de saúde, englobando ações e vigilância epidemiológica, imunizações, controle e combate à tuberculose, à hanseníase, às doen-

ças sexualmente transmissíveis e profilaxia de zoonoses, prevenção de câncer, saúde mental, assistência à saúde, nutrição e suplementação alimentar, odontológica sanitária, orientação, fiscalização e vigilância sanitária, serviço social em saúde pública, educação em saúde, saúde escolar, assistência farmacêutica.

No que tange a vigilância epidemiológica, através de 1581 postos de notificações de doenças transmissíveis, investigaram-se casos de surtos de toxinfecção alimentar, em Curitiba; de hepatite em Paranaguá, Francisco Beltrão, Paranavaí, Londrina e Medianeira; de meningite em Ponta Grossa; de sarampo, em São José dos Pinhais e Maringá e gastroenterite, em Paranaguá. Somaram-se 677 casos de meningite, 66 de poliomielite, 67 de difteria, 83 de tétano, 20 de febre tifóide, 13 de leptospirose e 2 casos de meningoencefalite.

Há três meses, encontra-se em funcionamento o Centro de Recuperação Bio-psico-social do Hanseniano, localizado no Hospital de Dermatologia Sanitária São Roque, em Piraquara.

Esta gama de serviços, ao mesmo tempo em que visa cobrir o Paraná com melhor qualidade de atendimento, está proporcionando maior conhecimento e controle da vigilância epidemiológica, principalmente com a melhoria do sistema de notificações.

Senhor Presidente, senhores deputados.

Como parlamentar, e presidente da comissão de saúde desta Casa, externo minha satisfação pelo acerto da gestão Cordoní Júnior à frente da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, órgão cada vez mais voltado aos altos interesses do bem estar e saúde do nosso povo.

Obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Edgar Pimentel.

O SR. EDGAR PIMENTEL - Senhor presidente, senhores deputados. Celebrando-se hoje o 32º aniversário de emancipação política de Cascavel, houve por bem, como deputado eleito por aquela região que tem em Cascavel, a cidade município-polo, manifestar desta tribuna, um voto de regozijo e registrar nos anais da Casa, o acontecimento que enche de orgulho e de satisfação a briosa população que habita o próspero município de Cascavel.

Nestes 32 anos de existência, Cascavel se constituiu no município modelo, modelo de trabalho, porquanto teve a felicidade de atrair para si a operosidade de gaúchos e catarinenses, de um modo especial, que foram os que colonizaram e deram os primeiros passos de viabilidade econômica de Cascavel.

Registro, pois, senhor presidente e senhores deputados, a manifestação de ca-

rinho, um voto de congratulação à briosa população que faz hoje, de Cascavel, uma das mais importantes cidades do Estado do Paraná.

Todos sabemos a importância que Cascavel tem na produção agro-pecuária de nosso Estado. Sem dúvida nenhuma, é um dos maiores produtores de grãos do Paraná, e, com isto, contribuiu sobremaneira com a economia deste Estado, e com geração de divisas para a própria economia do País.

Queremos desta forma, de uma forma singela apresentar ao município de Cascavel, aos seus habitantes, esse voto de congratulação, na esperança de que Cascavel, ao longo da história, haverá de se firmar como uma comunidade representativa e autenticamente útil aos interesses do nosso Estado.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE -(Trajano Bastos) Concedo a palavra ao senhor deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS- Senhor presidente, senhores deputados.

Tivemos neste fim de semana, a oportunidade de conhecer uma das experiências inéditas, em termos de transportes, aqui no Brasil. Se eu digo aqui no Brasil, é porque esse programa, do qual eu passarei a falar e que eu gostaria de destacar aqui desta tribuna da Assembléia Legislativa, já foi discutido no Rio de Janeiro, em conjunto com outros secretários de Transportes, de todos os Estados do Brasil, e recebeu os aplausos, pela iniciativa.

Trata-se do Programa de apoio ao Rodoviarismo Municipal, que está em fase experimental, sendo implantado pelo grande secretário dos Transportes, Deni Schartz, pelo que queremos parabenizá-lo, pois esse programa, em sua fase experiental ainda, levado em experiências, a Agudos do Sul, Pien e atualmente em Araucária, vem trazendo louvores não só pelas autoridades, pelos prefeitos e vereadores, mas também se percebeu junto à população que está sendo atendida, um grau de satisfação realmente comovente. É um programa que não procura endividar o Estado, com dólares; é um programa onde se somam, Secretaria dos Transportes - através do DER - prefeituras municipais, e a comunidade local a ser atendida; é um programa que não vem se apresentar como estradas de alto padrão, são as mesmas estradas vicinais que o colono necessita para colocar o produto, no município para poder chegar, a sua produção, lá na sede do município para onde então ela será comercializada para outros cantos do Paraná ou do Brasil ou, inclusive, no exterior. Portanto, trata-se de um trabalho simples na somatória, um mutirão da comunidade, prefeitura municipal e DER, conseguiram fazer, por exemplo, que, Agu-

dos do Sul atravessasse os intempestivos tempos de chuva e conseguiram com que nem um saco de batatas ficasse retido em qualquer lavoura, porque o programa alcançou e socorreu em tempo hábil e de uma forma dinâmica e eficiente naquelas estradas já intrafegáveis dado a calamidade das chuvas de então. Em plena época de chuvas, esse programa mostrou-se dos melhores, superando em muito, o programa que nós herdamos do governo passado, que é o Prórural, inclusive, curiosamente, em Agudos do Sul, as estradas do Prórural não deram escoamento, pois essa estradas vieram a socorrer. E temos a certeza que o prefeito, que aqui se encontra presente inclusive, Rogério Kampa, deve também vir de nosso encontro e dizer de que é um dos programas que precisa ser levado a todo o Paraná, porque é a grande solução, é a grande alternativa para um Brasil quase falido, para um Paraná sem recursos, mas, com recursos próprios, ele poderá chegar a resolver aqueles problemas pequenos que são justamente, alcançar estradas para o escoamento da produção.

Nós queremos, portanto, nos parabenizar com os engenheiros Verdi Alves da Silva e Martin Rhodel, encarregados dessa experiência inédita no Paraná e no Brasil, e queremos nos parabenizar acima de tudo, com o nosso secretário de Estado dos Transportes, deputado Deni Schwartz, por essa fabulosa iniciativa e para que esse programa seja implantado em todo o Paraná, com a maior rapidez, que virá, em muito, substituir os dólares que estão sendo postos fora, através do Prórural. Nós acreditamos que, através de um programa simples, dinâmico e eficiente como este, poderemos nos desprender inclusive dos onerosos empréstimos de dólares, para atender a nossa comunidade rural.

Era isto, senhor presidente, e mais uma vez destaco portanto, a eficiente atuação do secretário de Estado dos Transportes, Deni Schwartz, através desse programa de Apoio ao rodoviarismo municipal.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor presidente, senhores deputados.

Ouvimos atentamente o pronunciamento do deputado secretário, sobre o problema das estradas vicinais e não foram aplicados na época do Pró-safra, dinheiro que vinha sem retorno e era aplicado esse dinheiro em todas as comunas paranaenses, desde o governo Jaime Canet, governo Ney Braga e do grande secretário Osiris S. Guimarães.

Nós, na época, representávamos 20 municípios do Norte Pioneiro e todas as sa-

fras eram escoadas com aplicação do dinheiro do povo em benefícios do próprio povo.

Não queremos desmerecer o ilustre deputado Gernote Kirinus e ao ilustre secretário, nosso ex-companheiro de Assembléia, deputado Deni Schwartz, mas uma apologia desta, não se pode fazer de público, porque o que estranhemos hoje é a bancada do PMDB em outra postura. Quando Jaime Canet, com o ilustre secretário de Transportes Osiris Guimarães aplicava o dinheiro do povo em estradas vicinais, eram chamados de espargir casca de ovo; esta mesma casca de ovo, senhor presidente, senhores deputados e imprensa do meu Paraná, está sendo servido como exemplo inusitado, para que o Paraná escoe as suas safras, para que o Estado do Mato Grosso do Sul escoe as suas safras, e outros Estados escoem as suas safras pelo gigantesco Porto de Paranaguá, pois não é mérito também para o secretário de Transportes, quando ele cumpre com a obrigação.

Nós sabemos perfeitamente que as estradas do norte, do sul, do leste e do oeste e de todo o interior paranaense, as estradas vicinais, foram aplicadas verbas para as infra-estruturas para que o povo pudesse escoar as suas safras tranquilamente.

Só que na época, com a devida vênica ao deputado Gernote Kirinus, fomos criticados, Arena, PDS, aplicar a casca de ovo, que hoje nem isto dão para o povo do Paraná. Eu queria apenas fazer um apelo ao nobre secretário de Transportes, que pelo menos procurasse tapar os buracos da casca do ovo de Jaime Canet e Ney Braga, que procurasse dar lenitivo e tranquilidade para os motoristas que diuturnamente trafegam por aquelas estradas, procurando levar as riquezas do Paraná para o porto de Paranaguá, este porto que foi projetado nos governos do PDS e Arena, este porto que é o segundo porto do Brasil, que é o orgulho do Paraná.

Talvez o deputado Gernote Kirinus falasse em pobreza, mas nós somos pobres, mas nós éramos pobres e pobres mesmo, fizemos as famosas "Casca de ovo", e fizemos senhores deputados e senhor presidente, num governo de austeridade, num governo de Jaime Canet e Ney Braga, de Paulo Pimentel, para que o Paraná tivesse a sua infra estrutura e a sua malha viária em demanda ao porto de Paranaguá.

Queríamos apenas que o governo José Richa cumprisse com a obrigação. Nos palanques ele dizia, "esta casca de ovo há de ser substituída por estradas de primeira grandeza".

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Mesa comunica a vossa excelência que o seu tempo está esgotado.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor presidente, apenas para terminar.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - No Pequeno Expediente a presidência não tem como atendê-lo.

O SR. GABRIEL MANOEL - Obrigado, senhor presidente e aguardamos as estradas do eminente governador José Richa.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa anuncia com satisfação as presenças, em plenário, do senhor vereador do PMDB em Cianorte, Benedito Rota; do deputado federal Borges da Silveira e do prefeito municipal de Umuarama, e o ex deputado Antônio Romero filho.

Registra, igualmente, a presença do prefeito de Araucária, senhor Rogério Donato Kampa.

Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao senhor deputado Sérgio Spada. Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado Leônidas Chaves. Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado Rubens Bueno. Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado José Antonio Fonseca. Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado Caíto Quintana. Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado Djalma César. Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado Nilso Sguarezi. Declinado, concedo a palavra ao senhor deputado Márcio Almeida. Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado Osvaldo Alencar Furtaido. Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO - Peço a palavra, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Com a palavra o senhor deputado Gabriel Sampaio, no Grande Expediente.

O SR. GABRIEL SAMPAIO - Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Dois foram os fatores que influíram decisivamente para a proclamação da República. Primeiramente o papel de Benjamin Constant como propagandista no exército da filosofia positivista de Augusto Combe, partidária do regime republicano, servindo-se de sua cátedra na Escola Militar. Do outro lado, a aspiração dos grandes cafeicultores da época de verem concretizada a autonomia das províncias, incompatível com a centralização do sistema monárquico.

E isso se evidencia quando o manifesto de apresentação do partido Republicano, de 1870, enfatiza tal reivindicação ao declarar:

"A autonomia das províncias é para nós mais do que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações providenciais, é um princípio cardeal e solene que inscrevemos em nossa bandeira. O regime da Federação, baseado portanto na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos em nosso partido."

Assim, a 15 de novembro de 1889, concretizou-se, no dizer do eminente jurista Carlos Maximiliano, o sonho dos mártires da Inconfidência Mineira; a adaptação da obra de Washington a um país da América Latina, a República dos Estados Unidos do Brasil. Transcorridos 94 anos daquele momento histórico em que o general Manuel Deodoro da Fonseca, acenando ao povo gritou "Viva a República", muito tem lutado o povo brasileiro para ser alcançada a meta suprema dessa proclamação, e plena vivência da democracia. No entanto, nessas quase nove décadas e meia viveu esse povo sob o regime de exceção durante 34 anos até a presente data. Ainda estamos longe do ideal que nasceu inspirado pelo exemplo dos Estados Unidos que desde sua independência em 1776, quando eleito foi seu primeiro presidente, George Washington, seus representantes supremos vêm se sucedendo democraticamente sem nunca ter aquele país experimentando um regime de exceção em sua história. A constituição norte-americana que começou a vigir em 1789, continua sendo a mesma, com um número relativamente pequeno de emendas apenas para atualizar-se em relação a novos problemas que foram surgindo ao longo desses quase dois séculos de vigência.

Muito tem ainda que se empenhar o Brasil para ver concretizados seus sonhos de ideias democráticas e estabilidade política.

O objetivo não foi alcançado na sua plenitude até agora. Para isto basta revermos nossa história a qual tem sido a sucessão de lutas para levantarmos o gigante que continuará adormecido enquanto não conseguirmos nossa independência econômica, política e social.

Os grilhões da fome, do analfabetismo, do sub-desenvolvimento acorrentam o povo brasileiro. E uma imensa sombra de pessimismo, angústia e descrença paira sobre toda a nação.

O País assiste, atônito e temeroso, a desagregação da própria cúpula administrativa, com demissões como a do presidente do Banco Central e agora a do ministro da Previdência Social.

Ao comemorarmos o nonagésimo quarto ano da Proclamação de nossa República, cônscios de grande responsabilidade ue em nós foi depositada através do voto popular, não poderíamos calar a voz do povo que deve fazer ouvir através dos seus representantes.

Neste momento, senhores deputados, oportuno é lembrarmos as palavras proferidas pelo ilustre presidente do senado, Nilo Coelho, quando do início da presente Legislatura, cuja carreira política, encerrada tão bruscamente, não pode servir a todos como parâmetro:

"Está na hora de restabelecemos o primado da política sobre a técnica. É dever de cada um de nós, aqui trazidos pelo

voto popular, assumir, com coragem e determinação, nossas ingentes responsabilidades de redefinir o papel do Congresso Nacional, capacitando-o a desempenhar as funções que lhe competem no processo de tomada de decisões que afetam o projeto nacional de desenvolvimento, o próprio destino do País. Somos, os que integramos o Congresso Nacional, no que nos toca, os árbitros dos caminhos do futuro".

Árbitros somos todos quantos militam na vida pública desses caminhos futuros, onde trilharão as novas gerações para as quais nos cabe o dever patriótico de legar uma República Democrática, desenvolvida e cristã. Que reunamos os maiores esforços neste sentido, sem esmorecimento e fraquezas, é o que nos espera a Nação.

Salve a República! Sonhada por nossos antepassados, desejada por todos nós, tornada realidade para os nossos descendentes!

Era o que eu tinha a dizer, senhor presidente."

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Conulto a liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. ODENI MONGRUEL. Por dez minutos o deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao senhor deputado Gabriel Manoel, por dez minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL - Voltando senhor presidente, senhores deputados, ao assunto das estradas paranaenses, voltando ao velho adágio popular "o pior cego é aquele que não quer enxergar", vejam senhor presidente, senhores deputados, paranaenses de minha terra, o que fora feito em programas de estradas nos três últimos governos de Ney Braga, Jayme Canet e Paulo Pimentel, onde se rasgou este Paraná de fora, aplicando a fita asfáltica em todo o Estado, ou quase em todo o Estado. E nós, na Assembléia Legislativa, em dois mandatos passados, fomos criticados veementemente pela Bancada de então MDB e, após, pela Bancada do PMDB.

Vimos, senhores deputados, muita gente, como já dissemos ao estarmos nos reportando ao problema de se aplicar a pedra regular, perguntamos: qual seria o melhor, esta pedra corta pneus ou a estrada "casca de ovo" de Canet Júnior e Ney Braga?

Quantas e quantas vezes, deputado Gernote Kirinus, não ouvimos ilustres membros da Bancada da Oposição, naquela época, dizer que a "casca de ovo" era uma farsa do ilustre governador Canet Júnior!

Não nos calamos. Como não nos calaremos agora, porque a época de se jogar paralelepípedo quebrado nas estradas já é passada. Hoje, quando o homem vai à lua; quando o homem está prestes a descobrir o remédio contra o câncer, vamos arranjar os carros de bois, vamos arranjar as fórmulas que também são gastas em dólares, para jo-

gamos pedras britada que pouco ou nada fazem, a não ser cortar os pneus dos caminhões que custam uma fortuna.

Quanto custam em dólares, deputado Erondy Silvério, os pneus que são arrebitados nestas estradas com pedras irregulares? Isto aí deveria ser feito, está certo e muito louvável, mas há quarenta anos atrás. Deveria ser feito pelo ilustre governador Manoel Ribas, porque na época não existia o asfalto, não existia o solo cimento, não existiam estas gigantescas máquinas que rasgam as estradas e espalham o asfalto, para o conforto dos que pagam os impostos, para a tranqüilidade dos motoristas.

Qual é a tranqüilidade, senhores deputados, senhor secretário dos Transportes, que esta estrada de pedra regular pode dar a um caminhão carregado, para que possa escoar as safras deste grande celeiro do Brasil, que é o Paraná?

Qual é a qualidade que pode dar o ICM de 16%, vai para 18, graças ao famigerado e importuno Decreto 2065, dos homens que tripudiam sobre os bens do Paraná, sobre este povo ordeiro do Brasil?

Isto é um aplauso. O dinheiro que há de vir, 150 milhões de dólares para fazer a infra-estrutura do Paraná, há de ter o seu retorno com os prefeitos que estão sendo enganados pelo canto da sereia. Porque quando Ney Braga era governador do Estado, Saul Raiz secretário dos municípios, eles aplicavam junto com a estrutura paranaense, o dinheiro do povo em benefícios deste mesmo povo e sem retorno.

E é por isto meus deputados que eu quero conceder o aparte ao deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério - Muito obrigado, vossa excelência chamou-me ao assunto e eu agradeço a oportunidade que vossa excelência me dá, para externar também a minha opinião sobre o pronunciamento do nobre deputado, l. secretário desta Casa, que vem à tribuna eufórico, contar uma grande novidade ao Paraná, que o secretário dos Transportes do governo do PMDB está pavimentando as estradas com pedras irregulares.

Como bem diz vossa excelência, nós estamos retroagindo no tempo e regredindo na técnica fundamental de pavimentação, eu me lembro, perfeitamente, vossa excelência fez alusão às críticas mordazes, quase que diárias, que a Bancada do PMDB fazia ao então governador Jayme Canet Junior, pelas estradas denominadas casca de ovo.

Graças a estas estradas, é que Canet Junior criou um nome e uma mística no Paraná, lamentavelmente depois utilizou para eleger o atual governador que aí está.

Mas hoje nem as cascas de ovo, este governo não tem capacidade para realizar e construir, eles que verberavam a Bancada do PDS, a cada mensagem que chegava a esta Casa, solicitando autorização legislativa

para empréstimos externos.

Preocupavam-se com o perfil do endividamento do Estado do Paraná, pelo menos o atual secretário dos Transportes, é um dos críticos mais severos, no endividamento do Estado, com a obtenção de empréstimos externos.

O deputado que também ocupou a tribuna anteriormente, 1.º secretário desta Casa, era um dos críticos mais severos. Hoje não. Hoje emprestar dinheiro tudo bem, mas ao invés de pavimentação, em lugar das cascas de ovo, são estradas com pedras irregulares, e descobriu-se então um novo modelo de pavimentação no Estado do Paraná.

Lamento que isto tenha partido de um secretário inteligente como o deputado Deni Schuwartz, homem bem intencionado, que realmente nesta Casa sempre demonstrou, com sua atuação, grande espírito público. Lamento, não quero criticá-lo pessoalmente. Só que não posso admitir que venha o 1.º secretário desta Casa, contar ao Paraná como se fosse um grande feito, essa pavimentação primaríssima e já condenada, porque realmente trará prejuízos incontáveis aos motoristas e as suas viaturas.

Eu agradeço o aparte de vossa excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL - Agradeço vossa excelência deputado Erondy Silvério e apenas para me posicionar, diria a vossa excelência que isto é uma operação superada, porque além das peças de reposição que hão e se quebrar, pois as pedras já se chamam irregulares e tudo que é irregular não é regular, não fica certo na hora da chuva.

Devia o secretário dos Transportes procurar carrear dinheiro, como grande e dinâmico Osiris Guimarães, que foi buscar dinheiro no exterior para aplicar no Paraná; para que vissemos no oeste, no Noroeste, e em todo o interior do nosso Estado, estradas a rasgarem, a mudar o panorama geográfico deste Paraná, para que se aplicasse todo esforço em benefício de nossa terra e de nossa gente.

Agora o que vemos é um governo do Paraná, que se tirarmos algumas letras fica governo do "Para", porque parou. O governo do "Para" paranaense parou, e se o governador José Richa não tomar consciência, porque ele só tem dois anos que ele vai se desincompatibilizar para ser candidato a algo, então o Paraná, pobre gente paranaense, que escutou o canto da sereia e haveremos de continuar a chamar o governo que parou.

O paranã ou muda ou fica como está. Ruim por ruim devia ficar como estava, porque mudou, por enquanto, para pior.

Senhor presidente, não queremos hostilizar o governo José Richa, mas apenas é uma advertência. Será o cúmulo da barbaridade nós virmos aqui para dizer que o nosso prefeito, o nosso secretário, o nosso

governador, botou 10 caminhões de areia numa estrada vicinal. Isto é falta argumentação; isto nos deixa temerosos e muito mais temerosos ficam os homens paranaenses que pagam os impostos, que recolhem o dinheiro aos cofres públicos, e muito mais ainda senhor presidente, senhores deputados, os homens que iam mudar a face deste Estado. Disseram muito bem, porque não falaram se iam mudar para melhor ou para pior. E o que vemos? Mudou para pior, vemos funcionalismo aflito e desencantado; um comerciante aflito e desencantado; as prefeituras a esperar 35% dos dólares que virão, para após o término do seu mandato, pagarem em dólares talvez com 200, 300 ou 400 por cento. É uma sangria nos cofres municipais. Não que sejamos derrotistas. Mas faça-se o que Saul fez. Faça-se o que Ney Braga fez, dêem o dinheiro para as Prefeituras, sem retorno. Aí então haveremos de ver que o governo do PMDB está certo, está correto e está pelo menos procurando agir e agilizar a economia paranaense, agora vemos comerciantes com os fiscais as suas portas. Ou muda, ou fica como está. Pois devia ficar como está, porque mudou-se para pior.

Talvez, senhor presidente, eu possa dar minhas mãos à palmatória, mas por enquanto não. E uma aviso ao ilustre secretário dos Transportes: ou ele faz estradas, faz programas certos, programados, de acordo com o que a época exige, ou então não faça nada; que não se fale em pedras irregulares.

O Sr. Augusto Carneiro - Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado, eu solicitei este aparte, para dizer e externar também o que penso a respeito desse assunto, que vossa excelência da tribuna aborda, com muita assertiva. Verdadeiramente o atual governo, está se tornando notório nos seus planos; e mais notório ainda, pela falta de ação. Com referência às estradas, ao invés de pensar em planos que estão retroagindo no tempo, e que já foi superado por governos que verdadeiramente querem agilizar uma administração. Há necessidade presente sim, e todos os paranaenses que andam por este Estado, vêem a olhos nus, da grande necessidade de terminar as obras que estão paralisadas. Várias estradas que estavam sendo asfaltadas e que faltavam apenas poucos quilômetros para terminar longos trechos; estas estradas paralizaram-se todas e continuam paralizadas, dando prejuízos inclusive ao Estado, não só à gente paranaense. Necessidade urgente, de colocar as motoniveladoras para trabalhar, para que as estradas deste Estado sejam colocadas em condições de ser trafegadas, livremente, para escoar os produtos deste nosso Paraná. Nesta hora, e aproveitando este aparte, fazemos um apelo ao eminente e ex-colega nosso de Parlamento, o ilustre secretário dos Transportes, deputado Deni

Schwart, porque sabemos que é um homem bem intencionado e de trabalho; que ele pense, não em planos ultrapassados, mas pense numa ação pronta e eficaz, para restaurar as estradas do Paraná. Que ele termine os asfaltos que foram começados e que foram paralisados agora, com pequenos trechos de uma longa estrada e que coloque as motoniveladoras novamente a serviço deste Estado e desta gente. Para que possa colocar as estradas em condições de tráfego. Então aproveitando este aparte, faço este apelo, e se estas palavras chegarem ao ilustre secretário, elas são dirigidas com todo o respeito mas com toda a seriedade, como sério ele também é.

Obrigado a vossa excelência.

O SR. GABREL MANOEL - Respondo o aparte do deputado Augusto Carneiro.

Pois é o que nós estávamos, não fazendo o cotejo do ilustre secretário mas apenas para avivar, apenas para dizer, que Canet e Ney Braga, fizeram seis mil quilômetros de estradas rodoviárias, estradas asfaltadas não de primeira grandeza, mas que serviram até agora, 4, 5, 6 anos. E queríamos que o governador José Richa fizesse pelo menos vinte por cento; que o grande governo do PMDB fizesse vinte por cento dessas estradas. Não é exigir demais. Não é exigir demais fazer 800 quilômetros num Estado onde foram feitos pelos dois governos de ARENA e PDS, quase 6 mil Km de estradas.

É por isso, deputado Augusto Carneiro, que nós estamos desencantados. Nós não esperávamos paralização do Paraná. Nós não esperávamos este "canto de sereia" que de uma hora para outra transformou-se num "conto do vigário".

Então, diríamos que este governo José Richa, talvez seja bem intencionado, mas de homens bem intencionados o inferno está cheio.

O que nós queremos é ação. Queremos ação senhores deputados, queremos ver e pedir desculpas até se necessário for ao governador José Richa pelo seu trabalho dinâmico: pelo trabalho dinâmico de sua equipe de governo. E o que vemos? Viagens, viagens, viagens.

Até para as Arábias se viaja. O homem do Maranhão, do Acre, do latifundiário não sei de onde, vai às Arábias para gastar o mingüado dinheiro do povo, em benefício do que?

De uma projeção sem finalidade; de uma projeção para este grande governo do PMDB.

Que vamos fazer nas Arábias, um Estado na situação do Paraná e um país na situação do Brasil, com todo o seu endividamento?

O Sr. Gernote Kirinus - Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento).

Só gostaria de fazer uma observação. Vossa excelência está cometendo uma injustiça quanto a um pequeno programa que está

no seu nascedouro. É um pequeno programa que com muita luta nós conseguimos, inclusive com apoio de deputados do PDS, deputado Donato Gulim, que é um deputado que pertence também a Comissão de Transportes. Teve a oportunidade de acompanhar quando aqui vieram expôr na Comissão de Transportes da Assembléia Legislativa, esta pequena plantinha que está nascendo em forma de esperança para muitos se também pequenas prefeituras que não têm condições de fazer alcançar a estrada até o seu município.

Não é onerar o município mais uma vez como foi dito; não é voltar às origens. É nada mais fazendo que aquilo que a igreja sempre fez; com a comunidade construir aquilo que a comunidade haverá de zelar.

Eu realmente, se vossa excelência quiser, está convidado a assistir as obras que estão sendo feitas em Araucária. Vossa excelência verá que todos os prefeitos, inclusive, o prefeito do PDS de Santa Catarina, ao ver que estava sendo feito no Paraná, foi para a rádio e rasgou elogios para o governo José Richa, dizendo que era isso que deveria ser feito. É exatamente isso que estava faltando para esta gente.

Quer dizer, quando se faz alguma coisa se critica, quando não se faz, se critica. E aquela velha história como dizia o deputado Erondy Silvério: "se correr o bicho pega, se ficar o bicho come".

É com isso que lhe respondo também nesse aspecto.

O SR. GABRIEL MANOEL - Vossa excelência deputado Gernote Kirinus, sabe muito bem, que na nossa época, nas boas épocas, dos dois governos passados, a Secretaria dos Transportes e o DER, davam os benefícios para o Pró-safrá, para que as estradas vicinais, para que as estradas do Paraná, dos municípios pobres ou ricos, para as fontes e para as estradas que necessitavam de infra-estrutura.

Vossa excelência está procurando muito bem o benefício para os municípios que necessitam e não é essa a nossa crítica. A nossa crítica deputado Gernote Kirinus, é a falta de ação de todos os órgãos do governo, a não ser a ação de perseguir, de exonerar, de transferir os pobres funcionários que tiveram a infelicidade de serem fiéis ao seu governo.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado Gabriel Manoel, vossa excelência faz uma análise muito correta a respeito do novidadeiro governo José Richa.

Eles procuram na verdade é reinventar a roda, nobre deputado.

Vossa excelência, afirmou muito bem quando disse que um programa de características locais e regionais não pode nunca ser aplicado para o Paraná.

Isto demonstra até desconhecimento de

causa e demonstra desconhecimento das características da economia paranaense, que afirma ser possível hoje no Paraná, implantar em todos os municípios paranaenses um programa de estradas vicinais com base em pedras irregulares.

Em algumas regiões esta experiência foi feita, entre as quais a região sudoeste do Paraná. Posteriormente o Sudoeste foi asfaltado graças ao apoio de homens como vossa excelência que nunca negaram a confiança ao Paraná, voltando aqui, favoravelmente aos pedidos de empréstimos dos governos anteriores. O PMDB no Paraná, que sempre se caracterizou como o Partido da negação, sempre votava contra os empréstimos internacionais.

Pois bem, vamos analisar agora o custo de uma estrada asfaltada, de baixo custo, que foi implantado nos governos apoiados por vossa excelência e por mim, os governos Ney Braga e Jaime Canet Júnior. Nós sabemos, eminente deputado, que a vida útil de uma estrada, é calculada em 5 anos, e somente de economia de combustível, que é o petróleo importado que leva as nossas divisas para fora, só desta economia de combustível a estrada se paga.

O mesmo, entretanto, não se pode dizer do programa tão euforicamente saudado como uma grande novidade pelo eminente deputado Gernote Kirinus. Isto para não computar, como vossa excelência fez muito bem, o desgaste do caminhão, do pneu, o desgaste enfim do veículo para transformar mercadorias. Por outro lado é inadmissível tentar implantar um programa dessa natureza em determinadas cidades do Paraná, onde não possuem condições nem de recursos para trazer a pedra de matéria prima, para fazer a implantação desse programa. Portanto é mais uma novidade, que o PMDB apresenta ao Paraná, mas é uma novidade que aos homens de bom senso significa dizer que o Paraná está retrocedendo às épocas de 1940 e 1950, de pioneirismo de implantação no Paraná, quando aí sim, era justificável o uso de pedras irregulares em programas. Por outro lado, vossa excelência pode ficar com a consciência tranqüila, porque o asfalto que vossa excelência propiciou com a sua atuação e foi negado pelo PMDB, já foi pago pelo esforço da gente paranaense, que crê em coisa séria e não em demagogia barata.

O SR. GABRIEL MANOEL - Eu agradeço a vossa excelência deputado líder ao nos orientar. Nesse momento em que procuramos fazer uma síntese do Paraná, eu perguntaria aos senhores deputados qual seria a situação do arenito, pois quando se põe uma pedra ela some; onde se faz uma camada asfáltica com pouca estrutura, some até o asfalto.

Qual seria deputado, a situação de um município como Paranavaí, que não conhecemos, mas que sabemos que é uma grande região onde a areia traga todas as pedras,

toda a matéria que se põe em cima do leite, das estradas. Que seria então se se aplicasse no Paraná este encantado sistema moderno de 1935? Seríamos então...

O Sr. Gilberto Carvalho - Vossa excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL - Um momentinho só, nobre deputado, haveríamos de retroagir no tempo e no espaço, haveríamos, senhor presidente, de pedir aos nossos antepassados que trouxessem os carros-de-bois, para que o governo Richa dissesse, "ou muda ou fica como está". Está mudando, senhores deputados, mas infelizmente mudando para pior.

Vossa excelência tem o aparte, deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho - Muito obrigado, nobre deputado.

Vossa excelência não estranhe se voltarem os carros-de-bois, porque é uma inovação que no governo passado não tinha, é perigoso que proponham nesse Governo.

Meu caro deputado Gabriel Manoel, vossa excelência enfoca muito bem. não podemos de forma alguma aceitar pacificamente esta idéia das estradas asfaltadas com pedras irregulares, pavimentada, e vossa excelência que conhece o nosso companheiro deputado Deni Schwartz que hoje é secretário, nosso amigo, um moço sério, até nem posso acreditar que isso aí seja iniciativa do Deni Schwartz. Mas é bom que nós façamos este alerta para salvar o nosso amigo e companheiro de Assembléia, para que não caia numa dessa porque é um verdadeiro absurdo.

O deputado Luiz Alberto Oliveira já justificou o asfalto de baixo custo em cinco anos, pela economia de combustível e pelos cereais que são transportados nessas estradas, já foi pago o asfalto. É tão fácil de analisar: pedra irregular, em muitos lugares, não vamos conseguir, e transportar a pedra bruta é muito mais difícil do que a britada, e será um serviço que vai trazer insegurança e intranquilidade a todos àqueles que transitam na estrada. O número de acidentes será triplicado nos dias de chuva. De forma nenhuma podemos aceitar. Testar nas cidades, nas vilas, aí justifica. É um lugar de pequeno trânsito, para atender uma vila pobre que não tem como arcar com os recursos. Mas, estradas? Isso é brincadeira. Não podemos de forma alguma aceitar, e cumprimento vossa excelência pela contestação que faz.

O SR. GABRIEL MANOEL - Agradeço a vossa excelência pela sua oportuna interferência, nos orientando, e queremos dizer ao Paraná, que se Deus quiser, o governo Richa há de voltar atrás nos seus propósitos e há de trabalhar pelo Paraná e sua gente.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa

comunica a liderança do PDS quelhe restam dois minutos ao tempo regimental. Com a palavra o senhor deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Dois minutos, senhor presidente, é tempo suficiente para que faça apelo a esta Casa para que votemos o Orçamento e as emendas apresentadas. O PDS apresentou emendas para extinguir mordomias e para possibilitar ao governo José Richa cumprir aquilo que prometeu na campanha eleitoral, como por exemplo: oferecer condições para que os "bóias frias" do Paraná tenham a solução do seu problema, igualmente para gera empregos; para que o Estado não aplique 800, digo 818% em verba de representação, de jantares, de viagens, de despesas inúteis, mas sim que aumentando a verba de investimento, porque aumentando o investimento aumenta a geração de empregos, no Paraná. Por isso, senhor presidente, ocupo este pouco tempo para solicitar ao PMDB, por favor, senhores deputados do PMDB, vamos votar o orçamento que é a lei básica do Estado, que é a lei que oferece os meios e os instrumentos para que o sr. governador do Estado possa cumprir com a promessa eleitoral. Não é possível que nós verifiquemos nesta Assembleia uma tentativa de obstrução, a negação do diálogo, a impossibilidade que esta Casa, pelo curto espaço de tempo que tem, até o próximo dia 30 deste mês, deixe de discutir o orçamento, deixe de discutir as emendas apresentadas pela Bancada do PDS e do PMDB, mas que pela primeira vez na história político-administrativa do Paraná, é possível que um orçamento passe a ser votado. Nós parlamentares fomos eleitores para cumprir com nossa obrigação. Não é possível verificarmos hoje, neste Plenário, a grande maioria do PMDB ausente, não cumprindo com o seu dever de aqui estar para discussão e votação de tão importante matéria.

Muito obrigado senhor presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulta a liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro se fará uso do horário que lhe é destinado.

Com a palavra o senhor deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Primeiramente, senhor presidente, senhores deputados, eu gostaria que esta cena se repetisse, que em maior número estivesse sempre presente a ilustre Bancada do PDS que hoje numa exceção à regra se apressa em vir cobrar hoje o maior número de membros do PDS. Oxalá, esta praxe, esta regra fosse sempre estabelecida na Assembleia. E aqui, por sinal, estão as testemunhas que podem comprovar isto, que são os senhores funcionários da Casa. Para que testemunhem verdadeiramente, do que as palavras proferidas pelo ilustre líder do PDS, partem da

realidade dos fatos. E nós não negaremos a ninguém de discutir o Orçamento da Casa, porque isto é uma prerrogativa dos senhores Parlamentares. E se atentarmos para o próprio substitutivo geral, que está aí, vimos que partiu realmente a iniciativa da nossa Bancada de questionar, inclusive o secretário do Planejamento, que veio mais de uma vez a esta Casa, dar as explicações que a Bancada entendeu necessárias. Nas próximas sessões, e se necessário for até em período extraordinário, a Assembleia poderá discutir o quanto quiser, o Orçamento desta Casa, porque terminou o tempo em que aqui se passavam e votavam as coisas sem se exercer o poder de convencimento.

Quanto às palavras do ilustre deputado Gabriel Manoel, que disse que o Estado está paralisado em estrada, eu gostaria de receber dos nobre colegas do PDS, a menção de quais estradas foram paralisadas.

Se suas excelências acham que o Estado está parado, eu devo dizer, de que este Estado de que falam é o mesmo que foi entregue ao PMDB, porque na verdade, se começamos poucas obras, não paramos nenhuma das que existiam.

Se o Estado estava praticamente parado em obras, é porque o Governo do PDS nos entregou um Estado parado. Quero aqui assumir um compromisso com vossas excelências: apresentem e enumerem as estradas que estavam contratadas, estavam sendo feitas no Estado do Paraná, regularmente contratadas. Se vossas excelências apresentarem essas estradas, provarem que elas foram paralisadas, contem com a nossa Bancada para cobrar isto do senhor secretário dos Transportes. O que não podemos admitir, é que esta conversa venha no lenga-lenga de que o Estado parou, quando na verdade, se o Estado tinha um volume pequeno de obras, é porque este volume era o resultado da última ação do governo passado. Esta é a realidade dos fatos, senhores.

O Sr. Gabriel Sampaio - Vossa excelência permite um aparte, nobre deputado? (Assentimento).

Agradeço a vossa excelência, e para não perder a oportunidade, em primeiro lugar vossa excelência usa de ênfase, talvez, para impressionar a platéia que nos assiste.

Mas eles são altamente esclarecidos, conhecem as leis, estão assessorando esta Casa, há muitos e muitos anos, e sabem perfeitamente que o orçamento tem um prazo fatal para ser votado e sancionado, e que vossa excelência não fala a verdade, vossa excelência faz uma manobra na tarde de hoje, para que o Orçamento não seja votado, pois vossa excelência é maioria nesta Casa, e teria todas as condições para que nós pudéssemos discutir as emendas e votar o Orçamento em segunda discussão. Acontece que nós não queremos que este prazo se

prorroque, e muito menos, em período extraordinário.

Com relação, ao senhor deputado Nilso Sguarezi, ao Estado do Paraná que está parado mesmo, vossa excelência talvez, não sei se sabe, amanhã faz um ano da estrondosa vitória do senhor José Richa, ao governo do Estado do Paraná. Ainda não está aprovado o plano de governo do senhor José Richa, um ano depois da sua vitória eleitoral.

O Paraná está esperando nobre líder do PMDB e do governo nesta Casa, que o senhor José Richa diga que veio, e que tantos votos recebeu deste Estado para administrá-lo.

Nós precisamos de satisfação, nobre líder do PMDB, e não queremos aqui mais incômodos e mentiras, porque o Paraná sabe quais as regiões do interior do Paraná que estão paradas. A máquina administrativa emperrou por incapacidade, lamentavelmente.

Eu como paranaense, gostaria que o Paraná estivesse a pleno vigor das suas forças administrativas, para o bem do seu povo e de sua gente.

Muito Obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI- Eu respondo o aparte de vossa excelência. Vossa excelência procura dizer que o prazo se esgota hoje, para discutir o Orçamento. Vossa excelência sabe que nós temos tempo até o fim do mês. Portanto, hoje dia 14, amanhã dia 15, nós teremos quinze dias...

O Sr. Gabriel Sampaio - portanto, não pode em período extraordinário...

O SR. NILSO SGUAREZI- Se eu disse extraordinário, efetivamente vossa excelência teria razão.

Se eu disse isso, realmente, um lapso de minha parte. Mas, nós temos 15 dias para apenas duas votações, o que é tempo mais do que suficiente, como é tempo, meu nobre deputado Gabriel Sampaio, para que vossa excelência discuta o Plano de governo que está na Casa desde setembro. Vem vossa excelência, cobra uma posição, e isso é um prazo constitucional, nobre deputado. Como pode vossa excelência, de bom senso querer passar uma coisa por cima de outra, esse é questão constitucional que o governo tem de mandar o Plano para a Assembléia e vossa excelência, sendo oposição, nos cobre então a aprovação.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa excelência permite um aparte.

O SR. NILSO SGUAREZI - Se vossa excelência me permitir responder o aparte do nobre colega. O Plano está na Casa para ser debatido. Ninguém está sonhando o direito que vossa excelência tem direito legítimo de discutir o plano. Só após a discussão, após o pronunciamento do Poder Legislativo, é que este Plano vai se converter numa realidade.

O governador estaria ferindo, desco-

nhendo a Constituição, tripudiando sobre este poder, se não obedecesse as determinações da Constituição.

De parte da nossa Bancada, nós organizamos um seminário para debater o Plano de Governo. Portanto, a palavra está com vossa excelência que deve discutir o Plano de Governo.

O Sr. Jorge Maia Filho - Vossa excelência permite um aparte (Assentimento).

Meu aparte será breve, nobre deputado, apenas aproveitando a boa vontade de vossa excelência para dirigir-se ao senhor secretário dos Transportes, no que se refere a estradas paralisadas. Vossa excelência quer que citemos o nome de algumas delas. Já existente desde o começo do ano, nesta Casa, um requerimento que mandei ao senhor secretário dos Transportes, uma ligação asfáltica que liga o município de grandes Rios ao Município de Rosário, numa extensão de 35 quilômetros, onde foram feitas as concorrências para o serviço de topografia. Começados no Governo anterior, tem 10 quilômetros de terraplanagem. Hoje está a obra lá, paralisada, entregue à erosão e ao total abandono por este governo.

Então eu quero pedir a vossa excelência já que se propõe a falar com o senhor secretário de Transportes, que esta em uma estrada paralisada pelo governo.

O Sr. Gabriel Sampaio - Vossa excelência queria um exemplo só, está aí o exemplo.

O SR. NILSO SGUAREZI - Qual é o trecho de estrada?

O Sr. Jorge Maia Filho - O trecho que liga o município de Grandes Rios a Rosário.

O SR. NILSO SGUAREZI - Eu vou dar a posição a vossa excelência vou consultar a Secretaria dos Transportes e este é um compromisso que nós temos. De maneira nenhuma vamos admitir que as coisas passem sem esta Assembléia ter a possibilidade de cobrar estas posições.

o Sr. Fuad Nacli - Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento)). Vossa excelência da Tribuna, invocou a presença dos nobre funcionários desta Casa, pela primeira vez, na história do Orçamento, e nós vemos três faixas em que os funcionários reinvidicam os seus direitos. Eu aguardo e espero que a vossa Bancada traga para este Plenário, para votar o assunto que se refere não só ao orçamento, mas também aos interesse desta Casa, porque nós estamos vendo há mais de 12 anos os funcionários deixados à margem, não só do Orçamento, como da própria reforma desta Casa, nobre deputado.

Eu conto com a Bancada de vossa exce-

lência e dos homens de bem que venham votar. Vossa excelência diz que nós estamos sendo precipitados. Nós não estamos nos precipitando. Estamos aqui para votar a mensagem do Governador, do orçamento, e também a do funcionalismo público.

O SR. NILSO SGUAREZI - Agradeço a referência que vossa excelência faz a esta questão de magna importância. Hoje pela manhã, recebi em meu gabinete, uma delegação dos funcionários da Casa, que me comunicavam, inclusive a notícia auspiciosa, de que foi criada a Associação de Defesa e Reinvidicação do Funcionários da Assembléia.

Congratulo-me com os senhores funcionários por esta nova organização, porque esta entidade será na realidade, a batalhadora, fará a defesa intransigente das reinvidicações do funcionalismo desta Casa, e eu acredito, senhor deputado que todos os senhores deputados, mais do que ninguém, têm interesse em efetivamente adequarem o Poder Legislativo, de um corpo funcional dos melhores aparelhados, e se não se disser dos melhores remunerados, que tenha uma equiparação com os demais poderes. Neste aspecto vossa excelência pode contar comigo, porque, se sou um dos que cobram a presença constante dos funcionários aqui na Casa, também quero ser um dos que reconheça o direito que eles têm, de terem um percepção digna, justa. Eu acredito que nós temos tempo hábil para votar esta matéria que é efetivamente complexa, tanto isto que eu já convoquei minha Bancada, para na reunião da próxima quarta-feira, tomarmos uma posição em relação às matérias que tramitam na Casa. Nós temos o projeto da Hoyller e temos uma emenda aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, apresentada pelo deputado Homero Oguido, que pretende uma nova classificação dos Cargos desta Casa sabe vossa excelência, como todos os outros senhores deputados, que nos últimos anos várias alterações foram feitas nesta Casa, e hoje novamente voltam os senhores funcionários a nos dizer que eles se encontram defasados em seus vencimentos, em relação aos outros Poderes, especificamente ao Tribuna de Justiça e até ao próprio Tribunal de contas, que é um órgão de nossa cooperação.

Portanto, pode ter vossa excelência tranqüilidade, e os senhores funcionários, como assegurei hoje pela manhã, aos mesmos, a essa delegação, de que na próxima quarta-feira nós estaremos debatendo o assunto em nossa bancada, para tomarmos uma posição definitiva sobre o assunto. Espero que minha Bancada tenha a sensibilidade para trazer à Casa, a melhor proposta, a que compatibilize, inclusive, com a nossa reserva orçamentária, e que dê aos senhores funcionários da Casa, o direito e a consideração que eles merecem.

Mas, senhores deputados, o que me

trouxe efetivamente à tribuna, apenas quero solicitar ao nobre deputado Jorge Maia, com referência ao trecho aqui, eu tenho aqui, um trecho de Grandes Rios, é a BR 451, Ribeirão Bonito, não é esta?

O Sr. Jorge Maia Filho - Em que está feito o serviço de terraplanagem, só foi feito o de Grandes Rios a Ribeirão Bonito, mas o projeto dela é até o Rosário.

O SR. NILSO SGUAREZI - Eu tenho aqui uma relação da Secretaria dos Transportes, em que diz o seguinte: "BR 82" é a Rodovia:

O trecho que está sendo construído, Grandes Rios Ribeirão Bonito numa extensão de 8,42km. (a construtora é a Castagnoli), o início se deu em 10 de fevereiro de 83 (portanto, 10 de fevereiro 83), e o término, a previsão é para 19 de janeiro de 84. (O financiamento é um programa do BNDE e efetivamente, o percentual aqui, situação em 15 de março de 83. (Tem um asterisco aqui na frente que vai nos dizer o que aconteceu com esta estrada).

O Sr. Jorge Maia Filho - Nobre deputado, eu só queria fazer mais uma pergunta a vossa excelência.

O SR. NILSO SGUAREZI - Pois não.

O Sr. Jorge Maia Filho - Se esse trecho compreende de grandes Rios a Ribeirão Bonito?

O SR. NILSO SGUAREZI - Grandes Rios a Ribeirão Bonito, em oito quilômetros e 400 metros de extensão.

O Sr. Jorge Maia Filho - Mas o total são 42Km até a cidade de Rosário.

O SR. NILSO SGUAREZI - Portanto, se é esse trecho, de 8 quilômetros, está concluído, mas vossa excelência disse que o trecho seria de quantos quilômetros?

O Sr. Jorge Maia Filho - De 42 Km, agora, deve haver um engano, porque esse trecho não está concluído.

O SR. NILSO SGUAREZI - Eu trarei então maiores informações para vossa excelência, mas pode ter certeza que, se essa estrada estiver paralisada, eu estarei junto com vossa excelência cobrando a sua continuidade.

O Sr. Gilberto Carvalho - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Serei bastante rápido, deputado Nilso Sguarezi. Eu não poderia deixar de pedir este aparte, quando vossa excelência pediu que mencionasse estradas paralisadas. Faço-o, com o máximo respeito que tenho pelo secretário dos Transportes e sei das suas intenções, não vai aqui nenhuma crítica ao secretário, mas fazendo apenas menção a estradas paralisadas, na minha região.

O SR. NILSO SGUAREZI - E acredito, nobre deputado, se vossa excelência me permite, é obrigação nossa, representando o governo, dar os devidos esclarecimentos.

O Sr. Gilberto Carvalho - A estrada de Marilândia do Sul a Rio Bom paralisada pelo governo passado, foi recontratada a

estrada e continua paralisada; e Bom Sucesso a Itambé. As duas estradas, na região do Vale do Ivaí, paralisadas.

O SR. NILSO SGUAREZI - Vou anotar: Maringá? Marilândia do Sul a Rio Bom, trecho de 25Kms e Bom Sucesso a Itambé.

Na quarta-feria vossas excelências terão uma posição sobre isso. Mas, nobres deputados, para concluir este assunto, eu não posso concordar com essa crítica tão contundente do nobre deputado Gabriel Manoel, porque na última semana, assistimos o senhor governador do Estado comparecer à estrada do Cerne para presenciar o início da pavimentação daquela rodovia, podemos dizer, centenária no Estado do Paraná. E a imprensa noticiou aí, que prefeitos do próprio PDS se manifestaram naquela ocasião e tais prefeitos teriam, inclusive, criticado os governos anteriores que paralisaram aquela obra. Portanto eu acredito que, efetivamente, governo nenhum teve a condição e tem a condição de atacar todas as frentes que seja necessárias para atender um Estado, tão pujante e tão dinâmico como é o Paraná.

Não concordo então com a crítica tecida pelo nobre deputado do PDS, porque se eu ficasse na palavra dos prefeitos do PDS que compareceram naquela ocasião, e que com certeza assistem o drama de uma estrada que não foi concluída há muitos anos, e aí eu concluiria todos os governos passados. Mas poderíamos hoje, se pegarmos aquele trecho de estrada, dizer de que o governo do senhor José Richa é o melhor governo do mundo. Só que eu não quero ter esta pretensão. Quero ter apenas orgulho, de um governo preocupado, angustiado para tentar acompanhar a evolução, o progresso e o dinamismo que este Estado possui.

Mas senhor presidente, vim à tribuna hoje, para comentar um acontecimento e um fato-político dos mais relevantes que aconteceu na República, disse bem o nobre deputado Gabriel Sampaio, quando comentou os aspectos da implantação da República na Pátria Brasileira. Sem dúvida alguma, um avanço na institucionalização desta Nação, saindo da monarquia, adentramos para a República e hoje o Brasil está colocado, pelo esforço da sua gente, pelo sacrifício do seu povo, pelas riquezas do seu solo, como uma das grandes potências do mundo. Não podemos desconhecer efetivamente de que vivemos numa crise sem precedentes na nossa história política. E os sintomas dessa crise, senhor presidente, senhores deputados, podemos perceber com uma clareza meridiana, o fato da demissão do ministro de Estado na última semana.

Refiro-me ao ministro Hélio Beltrão, que espontaneamente se retirou do Ministério Figueiredo. Hélio Beltrão, um empresário, um homem realmente de respeito, de dignidade e personalidade, teve uma atuação realmente destacada neste governo.

Seu plano de desburocratização trouxe

efetivas conquistas à população brasileira. Tanto que vossa excelência como ministro da Desburocratização passou a acumular o Ministério da Previdência Social. É um homem sensível, um homem conhecedor da realidade social do Brasil, imiscuído na grave crise da Previdência Social. Conhecendo de perto as agruras do assalariado brasileiro, este ministro adquiriu um compromisso com a população brasileira que efetivamente seria a resultante final da sua saída do Ministério.

Porque ao passar a defender os direitos do assalariado brasileiro, ao passar a entender o drama gritante que a Nação vive, o drama social que esta Nação se debela, o senhor ministro da Previdência Social não podia ter outra posição senão a que teve: posição máscula, corajosa, de dignidade, ao entregar o Ministério da Previdência Social.

Eis que sua excelência no curso dos acontecimentos teve infalivelmente se defrontar com que efetivamente parece ter o poder nesta nação, que é o atual ministro do Planejamento. E se sua excelência esbarrou no homem forte da República. Se hoje tem uma República no Brasil, ninguém desconhece que tem um homem forte nesta República e que lamentável e tristemente este homem forte desta República não defende os interesses do assalariado brasileiro, do povo brasileiro, do dono desta República que é o povo desta Nação.

Este homem forte que é o ministro Delfim Netto, lamentável e desgraçadamente é forte para defender os interesses que não são os do povo brasileiro, mas sim, hoje em mais uma comemoração da República Brasileira, os interesses do Fundo Monetário Internacional.

E um ministro deste próprio governo se colocou em defesa da Previdência Social para dizer ao assalariado brasileiro. Foi derrotado como foram tantos outros que tentaram colocar as suas reivindicações ao mesmo nível de prioridades que aquelas da Secretaria do Planejamento.

Por isso, senhor presidente, eu não tenho motivos nenhum para comemorar mais uma Proclamação da República. Porque se esta nação é pujante e hoje chega a ser grande na economia mundial, ela se tivesse em outro governo que atendesse efetivamente os interesses da população e desta Nação, poderia estar colocada muito melhor no ranque internacional das potências.

Mas o governo que temos, senhor presidente, decretando e teimando com a recessão, nós não temos motivo, como brasileiros, para comemorar a Proclamação da República, porque cada dia que passa nós estamos assistindo o enfraquecimento da nossa economia, a corrosão das nossas instituições e o que é o pior, senhor presidente e senhores deputados o desestímulo e a descrença da nossa população em todas as formas de organização social e política.

Nós estamos assistindo dezenas, centenas de pronunciamentos partindo do próprio partido oficial do PDS, de que é chegada a hora de termos efetivamente eleições diretas para presidente da República. Estamos assistindo as grandes figuras desta República iligitimamente com o poder, dizerem que pessoalmente são favoráveis, porque não têm coragem de ir contra a eleição direta, de dizer que são favoráveis a eleição direta mas que ainda não é hora de termos uma eleição direta.

Ora, senhor presidente e senhores deputados, será que teremos que aguardar um caos social como está estabelecido no Chile? Será que temos que aguardar um caos social como há em muitas nações do Mundo, para que a eleição direta venha como tábua de salvação, para começarmos realmente a redemocratização nesta Nação?

Por isso, senhor presidente, antes de comemorar a Proclamação da República, é necessário se fazer uma análise na motivação que levou o ministro Hélio Beltrão a abandonar o seu Ministério e enviar uma carta ao presidente João Figueiredo, justificando a sua posição e denunciando à nação de que ele é contra a política recessiva do atual governo que não traz solução, pelo contrário, entrega a nossa economia para os interesses internacionais, adia a redemocratização no Brasil e compromete o nosso destino de Nação soberana e independente.

Mas, senhor presidente, senhores deputados, caiu mais um ministro de Estado, e o senhor Delfim Netto, novamente com os banqueiros internacionais de Nova York, onde está o seu poder do mundo ocidental, o poder do capitalismo, em mais um banquete com os banqueiros, festeja com certeza, com aqueles que ousam dizer que o Brasil como "quintal da América do Norte", tem que se enquadrar nas suas diretrizes econômicas e políticas. Oxalá, não pensem os homens do hemisfério Norte que isto aqui seja Granada, que isto seja o Haiti, onde possam a qualquer momento intervir, inclusive com força armada.

Sinto-em, como brasileiro, triste por constatar a força poderosa entregue na mão de um homem que não defende comprovadamente os interesses do Brasil, mas prefere banquetear-se com os grandes banqueiros internacionais em cima de um cadáver inssepulto que é a economia brasileira, e cujos maus odores atingem o mundo, mas a sofrida e desgraçada população brasileira que já não tem mais do que se alimentar, e vê no seu horizonte a descrença, a desesperança.

Oxalá possamos, num futuro próximo, realmente termos motivos para comemorar a proclamação da República, quando o Brasil for uma democracia, quando o nosso governo representar os interesses da população brasileira, e quando a nossa vida democrática realmente estiver assegurada e institucio-

nalizada, e a prática democrática seja uma constante; não agora como para termos eleição direta para Presidente da República, quando a maioria absoluta da população brasileira, consultada em pesquisa, se manifesta favorável, quando a maioria dos parlamentares se manifestam favorável e a população e esta nação tenha que praticamente mendigar uma eleição direta para presidente da República.

Oxalá esse dia não demore, para que não percamos a liderança territorial que temos, econômica, política, populacional deste Continente, para um país que estava até a semana passada envolto em uma grande crise que era a Argentina, e com o passe mágico da eleição livre, democrática e direta, aquela população saiu de uma inflação com praticamente o dobro da nossa, e que se encontra agora numa esperança renovada, porque reacendeu no povo o sentido da esperança de um governo legítimo, autêntico e eleito pela sua população. O que o Brasil precisa é realmente deste processo, que é o processo da participação do povo, porque governo algum que venha a nascer de uma eleição indireta, de um colégio eleitoral espúrio, terá condições e o condão de fazer com que este povo volte a acreditar num governo. Governo ilegítimo será sempre ilegítimo, e o governo legítimo será sempre governo legítimo.

Por isso senhor presidente, consigno aqui, em nome do meu partido, em nome da nossa Liderança este fato lamentável de que o governo perdeu, talvez, um dos poucos homens de caráter, de dignidade, e acima de tudo, de personalidade, que teve a coragem histórica de mandar uma carta ao presidente, e dizer que saía porque está vendo a sua nação e o seu País afundar-se e entrar numa crise que o levará, infalivelmente a um conflito social sem precedentes.

Deixo portanto com tristeza esta tribuna, porque se comemormos mais uma Proclamação da República neste estado de coisas, não tenho certeza se o Brasil continuará uma República.

Muito obrigado. (sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,

Com a presença de 58 senhores deputados.

sobre a mesa, projeto de lei complementar de autoria do senhor deputado Anibal Khury, constante do expediente. necessita de apoio. Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando seja dado preferência de votação ao Projeto de Lei n.º 187/83. Em votação.

O SR. NILSO SQUAREZI - (Pela Ordem) solicitou verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

O SR. GABRIEL SAMPAIO - (Pela Ordem) Senhor presidente, eu requero chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) A Mesa defere e solicita ao senhor 1.º secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

23 senhores deputados responderam a chamada.

Não há quorum para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

REDAÇÃO FINAL - da Proposição n.º 62/83, Emenda Constitucional, que acresce o parágrafo único, com redação que especifica, ao art. 123, da Constituição Estadual. (Direitos e Garantias Individuais). Encerrada a discussão.

Redação Final da Proposição n.º 62/83.

COMISSÃO ESPECIAL DE
REFORMA À CONSTITUIÇÃO
Emenda Constitucional

Artigo Único: O artigo 123 da Constituição Estadual fica acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 123.....

Parágrafo único - para o exercício da defesa dos direitos e garantias individuais, cuja inviolabilidade é assegurada neste artigo, os órgãos públicos deverão fornecer, a pedido do interessado, todas as informações de caráter pessoal dos órgãos governamentais."

Sala das Comissões, em 25/10/83.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS - Presidente
JOSÉ ANTÔNIO FONSECA - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Da Proposição n.º 69/83, Emenda Constitucional, que assegura o direito de todos a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, e incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo e apoio a iniciativas populares, conforme especifica. (EQUI-LIBRIO ECOLÓGICO). - Encerrada a discussão.

Redação final da Proposição n.º 69/83.

COMISSÃO ESPECIAL DE
REFORMA À CONSTITUIÇÃO
Emenda Constitucional

Artigo Único: o artigo 127 da Constituição Estadual é acrescido do item XI e alíneas a), b), c) e d), com a seguinte redação:

"Art. 127.....

XI - assegurar o direito de todos a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, incumbindo ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares:

a) prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão;

b) criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio;

c) promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, assegurando a sua capacidade de renovação e estabilidade ecológica, com o fim de proteger e melhorar a qualidade de vida;

d) promover o estudo das ciências naturais."

Sala das Comissões, em 25/10/83.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS - Presidente;
HOMERO OGUIDO - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Da Proposição n.º 94/83, emenda constitucional, que acresce parágrafo único com redação que especifica ao art. 38 da Constituição do Estado. (Dotações Orçamentárias PODER LEGISLATIVO). - Encerrada a discussão.

Redação Final da Proposição n.º 94/83.

COMISSÃO ESPECIAL DE
REFORMA À CONSTITUIÇÃO
Emenda Constitucional

O artigo 38 da Constituição Estadual passa a ter a seguinte redação:

"Art. 38 - o numerário correspondente às dotações dos poderes Legislativos e Judiciário será, respectivamente de 3% (três por cento) e 6,5% (seis e meio por cento) da receita orçamentária geral, excluídas as operações de crédito e participações nas transferências da União, e a liberação dar-se-á em duodécimos, que serão depositados até o décimo quinto dia do mês correspondente em estabelecimento financeiro do Estado."

Os parágrafos 1.º e 2.º do artigo 90, passarão a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 90.....

§ 1.º - A verba necessária ao pagamento dos débitos das entidades de direito público constantes de precatórios judiciais, apresentados até o dia primeiro de julho, correrá por conta de consignação específica do orçamento do poder Judiciário.

§ 2.º - As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados em rubrica própria, sendo liberados pelo Tesouro do Estado mediante proposta do Poder Judiciário."

Sala das Sessões, em 25/10/83.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS - Presidente

GILBERTO CARVALHO - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 145/82, que concede o título de cidadão Benemérito do Paraná, a "DOM PEDRO ANTONIO MARCHETTI FEDALTO".

Redação Final do
Projeto de Lei n.º 145/82.
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica concedido o título de cidadão Benemérito do Paraná a sua excelência reverendíssima DOM PEDRO ANTONIO MARCHETTI FEDALTO, Arcebispo metropolitano de Curitiba.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07/11/83.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA - Presidente

TADEU LUCIO MACHADO - Relator.

O SR. NILSO SQUAREZI (Pela Ordem) - Senhor presidente, eu verifico a ausência do Plenário, pediria verificação de votação para ver se pode continuar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa esclarece que não há quorum para votação, está sendo apenas discutida a matéria.

O SR. NILSO SQUAREZI - Então requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa atende e solicita ao senhor 1.º secretário, que proceda a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - 19 senhores deputados responderam, não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 16, à hora regimental, com a Redação Final, em fase de votação.

Levanta-se a sessão.

Atos da Mesa Executiva:

Decretos Legislativos:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 392/83

atribuir aos funcionários que forem designados por Decreto Legislativo, para Secretariar as Comissões Técnicas, as mesmas vantagens dos atuais Auxiliares de Comissão.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 393/83

I - exonerar MARY DE OLIVEIRA LEON PETIT, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do deputado Gilberto Carvalho; e,

II - prover a mencionada funcionária para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do

Deputado Gilberto Carvalho, percebendo as vantagens inerentes. (Protoc. 10657/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 394/83

I - exonerar GILBERTO APARECIDO VILLA DE CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Gilberto Carvalho;

II - prover o mencionado funcionário para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Gilberto Carvalho;

III - prover ISAMAR VILLA DE CARVALHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Gilberto Carvalho. (Protoc. 10567/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 395/83

prover, HAMILTON JOSÉ ZANON, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Acir Mezzadri. (Protoc. 9340/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 396/83

prover EDSON CARLOS BERNARDELLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti. (Protoc. 9270/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 397/83

prover MARIO GUBERT FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ivan de Azevedo Gubert. (Protoc. 9454/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 398/83

I - exonerar MARLI ALVES POLI, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Tadeu França; e,

II - prover a mencionada funcionária para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Tadeu França. (Protoc. 9554/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 399/83

prover EDEVIGES MARQUES PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Sabino Campos. (Protoc. 9776/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 400/83

I - exonerar MAURILIO CORREIA PINHO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ferrari Júnior;

II - prover o mencionado funcionário para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ferrari Júnior;

III - prover CLEUSA MARINA LUCCA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ferrari Júnior. (Protoc. 9324/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 401/83

prover JORGE YAMAWAKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Tuguio Setogutte. (Protoc. 10218/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 402/83

prover ANTONIO CARLOS DANTAS, matrícula nº 304, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Liderança do PDS. (Protoc. 10209/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 403/83

I — exonerar PAULO JUAREZ PASSOS, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Adhail Sprenger Passos; e,

II — prover o mencionado funcionário para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Adhail Sprenger Passos. (Protoc. 10548/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 404/83

prover JOÃO FRANCISCO MENEGATTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Edgard Ribeiro Pimentel. (Protoc. 10537/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 405/83

I — exonerar CLOVIS MARIO DE LARA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Edmar Luiz Costa;

II — prover o mencionado funcionário, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Edmar Luiz Costa;

III — prover CRISTIANE DA GRAÇA DA SILVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Edmar Luiz Costa. (Protoc. 10558/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 406/83

prover DINORESI GROSSI MAIA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Jorge Amim Maia Filho. (Protoc. 10553/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 407/83

prover MIGUEL LOPES DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Tércio Albuquerque. (Protoc. 10232/83).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 408/83

prover RUI PINHEIRO LIMA FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Donato Gulin. (Protoc. 10198/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 409/83

I — exonerar JAIRIO EDUARDO GUIMARÃES FONTOURA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Gabriel Sampaio;

II — prover o mencionado funcionário para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Gabriel Sampaio;

III — prover MARIA LUCIA NEGREIROS PACHECO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Gabriel Sampaio. (Protoc. 10241/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 410/83

prover MARIA MENEGUSSO matrícula nº 562, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Francisco Escorsini. (Protoc. 10599/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 411/83

prover RICARDO LUIZ RIOS BRANDÃO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Djalma de Almeida Cesar. (Protoc. 10583/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 412/83

prover NELSON SHOZI KAMEI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado José

Antonio Fonseca.

(Protoc. 10584/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 413/83

prover MARCELO JUGEND, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Márcio José de Almeida. (Protoc. 10582/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 414/83

I — exonerar WALDIR MASAMI UEDA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Homero Oguido; e,

II — prover o referido funcionário para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Homero Oguido. (Protoc. 10579/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 415/83

prover MARA ROSANI LOSSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ezequias Losso. (Protoc. 10580/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 416/83

prover JAIR LARA MANOEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Gabriel Manoel. (Protoc. 10581/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 417/83

prover MARIA DO CARMO CALDAS CARNEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Augusto Carneiro. (Protoc. 10615/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 418/83

prover JOEL ANTONIO MORETTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Gernote Kirinus. (Protoc. 10614/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 419/83

prover ELIZABETH DOROTI F. GRADÍIA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Fiori Luiz. (Protoc. 10617/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 420/83

prover ANTONIO NEIVA DE MACEDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Paulo Cesar Fiates Furiatti. (Protoc. 10608/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 421/83

atribuir aos ocupantes dos cargos em Comissão, Símbolo DAS-5, criado pela Lei nº 7764, de 09 de novembro de 1983, a gratificação de representação, constantes do Decreto Governamental nº 1452/83.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 422/83

prover ALCEU WALTER NIEDZWIEDZ, matrícula nº 508, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PMDB. (Protoc. 10631/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 423/83

prover NERY HUMBERTO SGUAREZI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Nilso Sguarezi. (Protoc. 10629/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 424/83

prover SUEZ NOGUEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do Governo. (Protoc. 10630/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 425/83

prover ARI CARLOS MAZOCO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Cafo Quintana. (Protoc. 10633/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 426/83

prover REYNALDO GILICZYNSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Erondy Silvério. (Protoc. 10626/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 427/83

prover CARLOS ALBERTO ROMÃO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Dirceu Silveira Manfrinato. (Protoc. 10616/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 428/83

prover LEONI IDAZIMA FILA DO NASCIMENTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Fuad Nacli. (Protoc. 10619/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 429/83

prover ROBERTO SIMONI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão. (Protoc. 10637/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 430/83

prover LAIS DALL' STELLA SCHMIDT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Nelson Buffara. (Protoc. 10638/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 431/83

I – exonerar MARIA DE LOURDES TONI FORTES, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Wilson Fortes;

II – prover a citada funcionária para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Wilson Fortes;

III – prover ANA PAULA TONI FORTES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Wilson Fortes.

(Protoc. 10644/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 432/83

prover TARCÍSIO BARBOSA DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Eduardo Baggio. (Protoc. 10639/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 433/83

prover JULIO AKIO UEDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Homero Oguido.

(Protoc. 10635/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 434/83

prover ZACLIS MARIA PIETROBELLI MONGRUEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Odeni Mongruel. (Protoc. 10632/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 435/83

prover ANDREA CREDÍDIO RAVAGLIO CORDEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Airton Cordeiro. (Protoc. 10642/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 436/83

prover JOVINO MENDES DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva. (Protoc. 10643/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 437/83

prover SALETE DORACY ARZUA COSTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Leônidas Chaves. (Protoc. 10645/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 438/83

prover ERNESTO COSTA DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ervin Bonkoski. (Protoc. 10646/83)

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 09/11/83.

(aa) TRAJANO BASTOS – Presidente

GERNOTE KIRINUS – 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 439/83

prover UBIRATÁ GUIMARÃES TEIXEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Nelson Vasconcellos. (Protoc. 10648/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 440/83

prover EGON WANDERER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Werner Wanderer. (Protoc. 10650/83)

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 10/11/83.

(aa) TRAJANO BASTOS – Presidente

GERNOTE KIRINUS – 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 441/83

prover EDENILSON CARLOS FERRY, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Nestor Baptista. (Protoc. 10649/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 442/83

prover ALFREDO FUKS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Osvaldo Alencar Furtado. (Protoc. 10658/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 443/83

prover ALFONSO GERMANO HRUSCHKA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputada Amélia de Almeida Hruschka.

(Protoc. 10657/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 444/83

prover JUSSARA TEREZINHA BAGGIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Antonio Martins Anibelli. (Protoc. 10662/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 445/83

prover JODICLEY GERSON SCHINEMANN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Deputado Artagão de Mattos Leão. (Protoc. 10678/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 446/83

prover MIRIAN REGINA SALDANHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Deputada Irondi Pugliesi. (Protoc. 10679/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 447/83

prover SEBASTIÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Péricles Pacheco da Silva. (Protoc. 10677/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 448/83

prover AZIZ SIMÃO FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Trajano Bastos de Oliveira. (Protoc. 10694/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 449/83

prover ROBERTO DE CASTRO OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Rubens Bueno. (Protoc. 10688/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 450/83

prover CANDIDA THEREZINHA SILVÉRIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Tadeu Lúcio Machado. (Protoc. 10689/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 451/83

prover ANTONIO RYCHETA ARTEN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Roberto Requião de Mello e Silva. (Protoc. 10873/83)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11/11/83.

(aa) TRAJANO BASTOS – Presidente

GERNOTE KIRINUS – 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 452/83

prover LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Sérgio Spada. (Protoc. 10879/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 453/83

prover ANIZETE SCHMITT MALBURG, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Mário Pereira. (Protoc. 10881/83)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11/11/83.

(aa) TRAJANO BASTOS – Presidente

GERNOTE KIRINUS – 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN – 2.º Secretário

Atos da Diretoria Geral:**Portarias:**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:**PORTARIA Nº 714/83**

conceder à funcionária MARIA ELISA REBELLO BORGES, matrícula nº 606, ocupante do cargo de Taquígrafo A, do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1982, a partir de 07 de novembro de 1983.

(Protoc. 10262/83)

PORTARIA Nº 715/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, ao funcionário JOSÉ SUPPLY DE LACERDA, matrícula nº 314, ocupante do cargo de Dentista B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 10474/83)

PORTARIA Nº 716/83

conceder à funcionária GLACI BELICH, matrícula nº 154, ocupante do cargo de Assessor Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 10 de novembro de 1983.

(Protoc. 10522/83)

PORTARIA Nº 717/83

conceder à funcionária FRANCISCA DA SILVA CAVALHEIRO, matrícula nº 198, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 08 de novembro de 1983.

(Protoc. 10523/83)

PORTARIA Nº 718/83

conceder ao funcionário HAROLDO DO NASCIMENTO, matrícula nº 160, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, dez (10) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 10 de novembro de 1983.

(Protoc. 10568/83)

PORTARIA Nº 719/83

conceder à funcionária NEUSA ALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 082, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1983, a partir de 1.º de dezembro de 1983.

(Protoc. 10606/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de novembro de 1983.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 720/83

designar PAULO SÉRGIO RODRIGUES, funcionário contratado deste Poder, pela Resolução nº 71/80, para prestar serviços como Datilógrafo, junto ao Gabinete do Deputado Tadeu Bento França, a partir de 16 de novembro de 1983.

(Protoc. 9777/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de novembro de 1983.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral